

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.841 - PR (2019/0146212-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE CURITIBA**
ADVOGADO : **CARLOS AUGUSTO MARTINELLI VIEIRA DA COSTA -**
PR015872
AGRAVADO : **PRALBAK'S REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE CURITIBA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO FISCAL APLICAÇÃO DO ARTIGO 174 I DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COM A REDAÇÃO POSTERIOR À LEI COMPLEMENTAR N 118/2005 INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE SE DÁ COM O DESPACHO QUE ORDENA A CITAÇÃO CABENDO AO EXEQUENTE PORÉM PROMOVER A CITAÇÃO NO PRAZO DE 90 DIAS CONTADOS DO DESPACHO CITATÓRIO INTELIGÊNCIA DOS §§ 2 3 E 4 DO ART 219 DO CPC/73 FEITO NO QUAL DECORRIDOS SETE (7) ANOS DO DESPACHO CITATÓRIO A CITAÇÃO NÃO FOI EFETIVADA HAVENDO DESIDIA TAMBÉM DO EXEQUENTE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA CABIMENTO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS EXCLUSÃO DA TAXA JUDICIÁRIA JÁ DETERMINADA NA SENTENÇA RECURSO DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 174 do CTN, no que concerne à responsabilidade pelo lapso temporal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Durante o transcurso do processo, esta Municipalidade se manifestou ativamente, pretendendo fechar o ciclo processual, como se vê do histórico acima. No entanto, para que possa haver tomada de diligências, é necessário que se faça a carga dos autos à Municipalidade.

Desta forma, se o feito se estende por um lapso temporal indesejado, não só não é culpa dessa Municipalidade que diligenciou prontamente nos autos, como tal demora também não é desejada pelo ora recorrente. (fls. 92).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional,

alega divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido consignou que:

Assim é, porque, depois de noticiado um parcelamento em abril de 2011 (fls. 6 e 7) e de se fazer carga dos autos em 3 de maio de 2012 (fl. 5-verso), nada foi efetivamente requerido pelo Município, até a manifestação datada de 18/4/2017 (mov. 8.1), quando se pronunciou sobre a prescrição, por determinação do Juízo, em cumprimento à regra do art. 10 do Novo CPC.

Vale dizer, em síntese: decorreram sete (7) anos entre o despacho que ordenou a citação e a sentença de extinção do feito pela prescrição, sem que o ato citatório se concretizasse (fl. 81).

Sendo assim, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio

Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

